Conselho Estadual de Educação de Alagoas - CEE/AL

APRESIDENTADO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, Profa. Dra. MARLY DO SOCORRO PEIXOTO VIDINHA, AUTORIZOU A PUBLICAÇÃO, EM DATA DE 02 DE JUNHO DE 2022, DO SEGUINTE ATO ADMINISTRATIVO:

NOTA RECOMENDATÓRIA nº 001/2022

NOTA CONJUNTA CEE/AL, UNCME/AL, UNDIME/AL, SEDUC/AL e CEDCA/AL.

A Secretaria de Estado da Educação de Alagoas - SEDUC, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME/AL, o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS - CEE/AL, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/AL e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Alagoas - CEDCA/AL, com o apoio e parceria das seguintes instituições: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL através do CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - Núcleo de Defesa da Infância e Juventude e Núcleos de Defesa da Educação - MPE/AL, Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS, Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil-FADEDI/AL, Centro de Educação/Universidade Federal de Alagoas - CEDU/UFAL, Grupo de Pesquisa e Extensão Redes Questões Geracionais e Políticas Públicas - Faculdade de Serviço Social/UFAL - UFAL, Instituto de Ciências Sociais - Grupo de Pesquisa Cidadania e Políticas Públicas - ICS/UFAL, Secretaria Municipal de Educação de Maceió - SEMED/Maceió, Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual - RAVVS, Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil/AL-OAB/AL, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Rio Largo/AL, Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região-CRESS/AL, Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região - CRP-15ª, Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do adolescente Trabalhador em Alagoas - FETIPAT/AL, Fórum Alagoano dos Direitos da Criança e do Adolescentes -DCA/AL, Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos-RAADH/MERCOSUL, Coordenação Estadual dos Grêmios Estudantis da Rede Pública de Ensino do Estado de Alagoas -CEGRE/AL, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/RL, Núcleo de Cidadania do Adolescente - NUCAs, Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas - FETIPAT/AL, Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no âmbito do TRT- TRT/Juizado da 19ª Região, Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas - FAMECAL, Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares - FCNCT, Fórum Estadual Associado de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares de Alagoas- FECTAL, Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex Conselheiros de Alagoas - ACECTAL, End Child Prostitution, Child Pornography & Trafficking of Children for Sexual Purposes - Rede ECPAT Brasil, Escola de Conselhos de Pernambuco/Universidade Federal Rural de Pernambuco-ECEPE/UFRPE, Visão Mundial, Fundação Roberto Marinho, CANAL FUTURA e a Rede Nacional Primeira Infância-RNPI.

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, (Art. 205 da Magna Carta);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no Art. 6º, reconhece o direito à educação como um direito social: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”;

CONSIDERANDO que a Lei Federal Nº 9.970, de 17 de maio de 2000 Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e convoca toda a sociedade para unir esforços no combate permanente contra a violência sexual de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, como prevê o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 5º, dispõe que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme dispõe o Art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal ressalta em seu Art. 227 § 4.º que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que o Art. 245 do ECA, estabelece a obrigatoriedade dos profissionais de educação em comunicar à autoridade competente qualquer suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, refletindo a consciência de que o ambiente escolar é o lugar onde a criança se sente mais confiante e onde origina a maior parte das notificações de violência sexual;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.344/2022 que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja signatário e dentre outros, altera os artigos 18-B, 70-A, 70-B, 136, 201 e 226 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIS) institui que as propostas pedagógicas de creches e pré-escolas devem garantir o direito à educação, saúde, liberdade à confiança, ao respeito, à dignidade e o Art. 8º, do mesmo Diploma Legal, prevê a criação de condições para o trabalho coletivo e organização de materiais, espaços e tempos que assegurem a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevenindo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes;

CONSIDERANDO que os dados obtidos através do Disque 100 (de julho de 2020 a dezembro de 2021), revelam o registro de 142.329 casos de violência contra crianças e adolescentes em todo o território nacional. Desse total de denúncias, apenas 1.910 foram realizadas por crianças e adolescentes. Ainda nesse período, Alagoas registrou 2.039 denúncias de violência contra o público infanto-juvenil (Fonte: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Disque 100);

CONSIDERANDO que dados recentes do FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2019 e 2021) apontam que a violência mais frequente praticada contra crianças e adolescentes foram a violência sexual. Do total de 129.844 casos de violência contra pessoas de 0 a 17 anos de idade, 73.442 foram de VIOLÊNCIA SEXUAL, ou seja, 56,6%. Deste total a sua grande maioria foi de crimes de ESTUPRO, ESTUPRO DE VULNERÁVEL. Neste mesmo estudo foi divulgado ainda que 73% dos casos de violência sexual registrados tiveram como vítimas crianças e adolescentes com idades entre 05 e 14 anos e que 85% das vítimas eram meninas e 56% do total se declararam negras;

CONSIDERANDO ainda os dados do Sistema de Informações de Agravos e Notificações -SINAN (Fonte: SESAU/AL), observa-se que no estado de Alagoas, também entre os anos de 2019 e 2021, foram registrados 2.124 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, dos quais, 47% foram praticados contra crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos e 66,57% das vítimas se declararam pardas.

CONSIDERANDO que somente uma ação articulada com o engajamento efetivo de todas as instituições locais pode minimizar essa realidade perversa que vitimiza milhares de crianças em todo o país, sendo necessário a inclusão da PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES nas agendas de todas as instituições governamentais e não governamentais durante todo o ano, uma vez que “no Brasil, segundo os dados do Disque 100, a cada hora quatro crianças/adolescentes são vítimas de violência sexual.”

RECOMENDAM:

1. Que todas as ações focadas na prevenção e combate permanente à violência sexual de crianças e adolescentes, a serem efetivadas pela Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, Secretarias Municipais de Educação, Conselho Estadual de

Educação de Alagoas e Conselhos Municipais de Educação em Alagoas, no âmbito de suas atribuições e competências, desenvolvam-se prioritariamente em parceria, de forma articulada com os demais órgãos estatais;

2. Que todas as instituições de ensino das redes públicas e privadas no Estado de Alagoas, ao assegurar o cumprimento dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394/1996, respeitando o seu Projeto Político Pedagógico, atentem para a matéria em tela, em termos de parâmetros organizativos das atividades escolares e execução de seus currículos e programas, em especial o que consta no artigo 26 do retromencionado Diploma Legal;

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN –Lei n. 9.394/1996);

3. Que em decorrência da grave situação demonstrada nos estudos e análises de dados apontados acima, as escolas das redes públicas e privadas do Estado de Alagoas façam constar, em seus Projetos Políticos Pedagógicos, ações concretas e bem definidas, pautadas na transversalidade e interdisciplinaridade, que desenvolvam o senso de responsabilidade de toda a comunidade escolar a respeito da importância do tema, indicando conteúdos curriculares integrados nas áreas de conhecimentos dispostos nas Matrizes Curriculares ofertadas com ênfase na PREVENÇÃO e COMBATE à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (Art. 26, § 9º, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996. /Redação dada pela Lei 14.164 de 2021).

4. Que as instituições de educação infantil públicas e privadas incorporem, em suas propostas pedagógicas, considerando os eixos norteadores do currículo, interações e a brincadeira, e suas múltiplas linguagens como, teatro, brincadeiras, jogos, fantoches, leitura de histórias que tematizem a proteção e defesa e que promovam com as famílias ações de conscientização e de estímulo a vigília de sinais e sintomas de abusos e violência sexual;

5. Que a Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, Secretarias de Educação dos Municípios e as Escolas da Rede Privada de Alagoas, em parceria com as Universidades Federal e Estadual, bem como outras organizações, promovam atividades formativas para todos os profissionais de educação objetivando assegurar ampliação de conhecimentos sobre essa realidade, reconhecimento dos sinais de violência, métodos de abordagem, evitando a revitimização das crianças, os caminhos do atendimento e o efetivo funcionamento do sistema de notificação à autoridade competente conforme dispõe o artigo 245 do ECA (Lei 8.069/90);

6. Que a Secretaria Estadual de Educação, as Secretarias de Educação dos Municípios, e os estabelecimentos da rede privada, orientem constar nos currículos dos estabelecimentos de ensino, de forma integrada a todas as áreas do conhecimento, conteúdos relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes e realizem ações pedagógicas voltadas para esta finalidade, durante todo o ano letivo, atendendo aos eixos estratégicos e diretrizes do PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ;

7. Que as instituições de ensino, no exercício de sua autonomia e responsabilidade na condução das respectivas ações pedagógicas, respeitando-se a realidade local, encaminhem os Planos Estratégicos e Projetos Pedagógicos para os Órgãos Normativos dos respectivos Sistemas de Ensino, responsáveis pelas análises e pareceres, e posteriormente para a Secretaria Estadual de Educação, a fim de acompanhamento das ações, bem como comporem um Banco de Dados que poderá servir de referência para os estabelecimentos educacionais no estado de Alagoas e em outros Estados da Federação;

8. Que esta Nota Recomendatória seja amplamente divulgada e orientada por todos os órgãos e entidades que assinam conjuntamente esse pacto de compromisso na prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Maceió, 31 de maio de 2022.

ROSEANE FERREIRA VASCONCELOS
Secretária de Estado da Educação de Alagoas

Profa. Dra. MARLY DO SOCORRO PEIXOTO VIDINHA
Presidenta do Conselho Estadual de Educação de Alagoas/CEE-AL
Vice-Presidenta Nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação- UNCME

Profa. Ma. JIVANEIDE ARAÚJO SILVA COSTA
Assessora Pedagógica do Conselho Estadual de Educação de Alagoas /CEE-AL

ANTÔNIA DE PÁDUA FERRAZ BARROS
Vice Coordenadora Estadual da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação /UNCME-AL

NOEMIA PEREIRA
Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME-AL

MARIA BORGES DA SILVA RODRIGUES
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CEDCA-AL

CLÁUDIO LUIZ GALVÃO MALTA
Promotor de Justiça / Coordenador Núcleo de Defesa da Infância e Juventude/ CAOP/ MPE-AL

JEDIANE FREITAS
Gerente do Projeto Fitinha da Proteção - 1ª Etapa/MPE-AL

CRISTINA MENDES
Gerente do Projeto Fitinha da Proteção - 2ª Etapa /MPE-AL

LUCAS CARNEIRO SACHSIDA
Promotor de Justiça / Coordenador do Núcleo de Defesa da Educação/ CAOP/ MPE-AL

GIZELDA BARBOSA DE S. LINS
Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social/ COEGEMAS

MAYRIANNE SOUSA DE ALCÂNTARA URTIGA
Representante do Fórum Alagoano de Defesa da Educação Infantil/FADEDI-AL

Profa. Dra. MÁRCIA IARA COSTA DA SILVA
Lider do Grupo de Pesquisa Redes e Questões Geracionais e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social/UFAL

Profa. Dra. SUZANA MARCOLINO
Professora do Centro de Educação-CEDU/ UFAL e membro do FADEDI/AL

ERIKSON CALHEIROS DE SOUZA
Representante Instituto de Ciências Sociais - Grupo de Pesquisa Cidadania e Políticas Públicas/UFAL

ADEMIR DA SILVA OLIVEIRA
Gerente de Supervisão de Estatística e Avaliação Educacional da SEMED/ Maceió-AL

KARINA FIGUEIREDO
Presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

CLARA MORGANA TORRES DA ROCHA SILVA
Presidente do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Rio Largo-AL

CAMILLE LEMOS CAVALCANTI WANDERLEY
Coordenadora da Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual / RAVVS

THIAGO DE OLIVEIRA ROCHA
Membro Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente da OAB-AL

LUCYANA CLÁUDIA LEÃO
Presidente do Conselho Regional de Serviço Social/CRESS-AL/ 16ª Região

ZAÍRA RAFAELA LYRA MENDONÇA
Presidente do Conselho Regional de Psicologia - CRP/15ª

PEDRO LORENA DE OLIVEIRA FILHO

Membro do Fórum Alagoano dos Direitos da Criança e do Adolescentes /DCA-AL

LUCIANA REIS

Coordenadora da Rede End Child Prostitution, Child Pornography & Trafficking of Children for Sexual Purposes/ ECPAT Brasil

NELMA NUNES

Coordenadora Geral do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas /FETIPAT-AL

HENRIQUE COSTA CAVALCANTE

Juiz do Trabalho Gestor Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no âmbito do TRT 19ª Região

SIVERONIA NASCIMENTO

Presidente da Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas- FAMECAL

MARIA JAILDA MORAIS DOS SANTOS

Presidente do Fórum Estadual Associado de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Alagoas/FEACTAL

GRAZIELA CRISTINA LUIZ DAMACENA GABRIEL

Coordenadora Institucional do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares / FCNCT

ARIUDO ALVES DE SOUZA

Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros Tutelares de Alagoas /ACECTAL

HUMBERTO DA SILVA MIRANDA

Coordenador da Escola de Conselhos de Pernambuco / UFRPE

REGINALDO SILVA

Coordenador Nacional de Advocacy e Participação Juvenil/Visão Mundial

JOÃO ALEGRIA

Secretário Geral da Fundação Roberto Marinho/Fundação Roberto Marinho/Canal Futura

CIDA FREIRE

Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância /RNPI

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, em Maceió, aos 02 de junho de 2022.

Profa. Dra. MARLY DO SOCORRO PEIXOTO VIDINHA

Presidenta do Conselho Estadual de Educação de Alagoas -CEE/AL

JIVANEIDE ARAÚJO SILVA COSTA

Assessora Pedagógica do CEE/AL
Responsável pela resenha

**AS NOVAS
CARAS DA
LITERATURA
EM ALAGOAS**

Selecionados a partir de edital público, os livros da safra 2018 da Imprensa Oficial Graciliano Ramos renovam o cenário literário local apresentando uma poderosa leva de bons escritores. É literatura fina na cabeceira do leitor alagoano.

Já nas livrarias!
ou on-line em: imprensaoficialal.com.br